

Sumário

PRESSUPOSTOS

Capítulo I ► LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO – LINDB	27
1. Noções introdutórias e funções da LINDB.....	27
2. Vigor normativo.....	28
2.1. Princípio da Continuidade ou Permanência	33
2.2. Repristinação.....	37
3. Obrigatoriedade das normas.....	39
4. Integração normativa	41
4.1. Analogia	43
4.2. Costumes	44
4.3. Princípios Gerais do Direito.....	46
5. Interpretação normativa.....	47
6. Aplicação da lei no tempo ou direito intertemporal.....	50
6.1. Direito adquirido	51
6.2. Coisa julgada	51
6.3. Ato Jurídico Perfeito	52
7. Eficácia da lei no espaço ou direito espacial.....	53
7.1. Estatuto Pessoal	54
7.2. Sucessão do Estrangeiro	56
7.3. Bens	59
7.4. Obrigações Internacionais	59
7.5. Pessoas Jurídicas Internacionais	60
7.6. Competência e Meios Probatórios.....	60
7.7. Sentenças estrangeiras, cartas rogatórias, divórcios e laudos periciais estrangeiros podem ser cumpridos no Brasil?.....	61
8. Interpretação pelos agentes públicos	64

PARTE GERAL

Capítulo I ► PESSOA FÍSICA, NATURAL OU DE EXISTÊNCIA VISÍVEL.....	71
1. Uma noção prévia: a personalidade jurídica.....	71
2. Pessoa física ou natural ou de existência visível: conceito	71
2.1. Aquisição da Personalidade Jurídica pela Pessoa Natural.....	74
2.2. O Nascituro.....	76
2.2.1. Hipóteses Legais de Tutela dos Direitos do Nascituro	78
2.3. Natimorto	80
2.4. Capacidade	81
2.4.1. Capacidade de direito	81
2.4.2. Capacidade de fato	83
2.4.3. Teoria das Incapacidades	84
2.4.3.1. Incapacidade absoluta	86
2.4.3.2. Incapacidade relativa	88
3. Emancipação	91
4. Extinção da pessoa física ou natural.....	96
4.1. Morte Real	96
4.2. Morte Presumida	97
4.2.1. Morte Presumida sem Declaração de Ausência	97
4.2.2. Com Procedimento de Ausência	98
4.3. Comoriência ou Morte Simultânea.....	102
Capítulo II ► PESSOA JURÍDICA	105
1. Conceito.....	105
2. Natureza da pessoa jurídica e aquisição da personalidade jurídica.....	107
3. O que são entes despersonalizados?.....	110
4. Princípio da separação ou independência ou autonomia.....	113
5. Desconsideração da personalidade jurídica da pessoa jurídica (“disregard doctrine” ou “disregard of legal entity”)	114
5.1. Disciplina no Código Civil.....	116
5.2. Regras Específicas da Desconsideração nos Demais Ramos do Direito Brasileiro	123

5.3. Observações Finais sobre a Desconsideração	126
5.4. O Código de Processo Civil e a Desconsideração da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica	129
6. Classificação da pessoa jurídica	132
6.1. Quanto à nacionalidade: Nacional ou Estrangeira	132
6.2. Quanto à Atividade Executada ou Funções	134
6.2.1. Pessoas Jurídicas de Direito Público	134
6.2.2. Pessoas Jurídicas de Direito Privado	136
6.2.2.1. Quanto à estrutura interna	137
6.2.2.1.1. Corporações (<i>universitas personarum</i>)	137
6.2.2.1.2. Fundações (<i>universitas bonorum</i>)	150
7. Extinção da pessoa jurídica	154
Capítulo III ► DIREITOS DA PERSONALIDADE	157
1. Introdução	157
2. Conceito	157
3. Características	162
3.1. Indisponíveis	163
3.2. Absolutos	164
3.3. Extrapatrimoniais	165
3.4. Inatos	165
3.5. Imprescritíveis	166
3.6. Vitalícios	167
4. Classificação	170
4.1. Pilar da Integridade Física	171
4.2. Integridade Psíquica ou Moral	192
4.2.1. Imagem	192
4.2.2. Vida Privada ou Privacidade	208
4.2.2.1. Proteção de Dados	212
4.2.3. Honra	217
4.2.4. Nome	217
4.3. Integridade Intelectual	223
5. Direito da personalidade da pessoa jurídica	223

Capítulo IV ► DOMICÍLIO	229
1. Introdução, natureza jurídica e visão no Código Civil de 2002	229
2. Domicílio da pessoa natural	232
2.1. O Conceito	232
2.1.1. Domicílio Pessoal	232
2.1.2. Domicílio Profissional da Pessoa Natural	234
2.1.3. Domicílio Aparente ou Ocasional	235
3. Domicílio da pessoa jurídica	235
3.1. O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Privado	235
3.2. O Domicílio da Pessoa Jurídica de Direito Público	236
4. Classificação do domicílio	238
Capítulo V ► BENS JURÍDICOS	241
1. Introdução: bens, coisas, patrimônio e conceito	241
2. Classificação dos bens	244
2.1. Bens considerados em si mesmos	244
2.1.1. Imóveis	245
2.1.2. Móveis	247
2.1.3. Fungíveis e Infungíveis	250
2.1.4. Consumíveis e Inconsumíveis	251
2.1.5. Divisíveis e Indivisíveis	251
2.1.6. Singulares e Coletivos	253
2.2. Bens reciprocamente considerados	253
2.3. Bens públicos e particulares	259
Capítulo VI ► TEORIA DO FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO	265
1. Fato jurídico x fato material	265
1.1. Classificação dos fatos jurídicos	266
1.1.1. Fatos Naturais (ou Fato Jurídico em Sentido Estrito ou <i>stricto sensu</i>)	267
1.1.2. Fatos Humanos ou Ato Jurídico	268

2. Negócios jurídicos	273
2.1. Plano de Existência	274
2.2. Plano de Validade	275
2.2.1. Teoria das Invalididades ou das Nulidades	281
2.2.2. Princípio da Conservação dos Atos e Negócios Jurídicos	292
2.3. Plano de Eficácia.....	296
3. Classificação	305
3.1. Quanto à declaração de vontade	305
3.2. Quanto ao benefício alcançado.....	306
3.3. Quanto à duração do negócio.....	307
3.4. Quanto à forma	307
3.5. Quanto à causa	308
3.6. Quanto ao alcance dos efeitos do negócio	308
4. Representação no negócio jurídico	309
4.1. Representação direta e indireta.....	309
4.2. Representação convencional e legal	311
4.3. Anulação por conflito de interesses	313
5. Defeitos ou VÍCIOS do Negócio Jurídico	314
5.1. Vícios de consentimento	315
5.2. Vícios Sociais.....	336
Capítulo VII ► PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	351
1. Noções introdutórias.....	351
2. Prescrição: conceito e requisitos.....	353
2.1. Prescrição aquisitiva e extintiva	359
2.2. Normas gerais sobre a prescrição.....	361
2.3. Prazos prescricionais.....	367
2.4. Prescrição intercorrente.....	380
2.5. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição	382
2.6. Lembretes finais sobre prescrição.....	393
2.7. Prescrição e institutos afins	394

3. Decadência (ou caducidade): conceito, objeto e efeitos	395
3.1. Importantes Observações Correlatas.....	398
4. Direito intertemporal	399
5. Diferenças entre Prescrição e Decadência	400
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	403

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

Capítulo I ► INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	415
1. Conceito e o Processo Obrigacional	415
2. Relações Patrimoniais	418
2.1. Zona de Confluência: Obrigações <i>Propter Rem</i> , Obrigações de Ônus Real e Obrigações de Eficácia Real	424
Capítulo II ► ESTRUTURA OU ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA OBRIGAÇÃO	431
1. Estrutura ou Elementos Constitutivos da Obrigação	431
1.1. Elemento Subjetivo ou Pessoal da Obrigação: Sujeitos da Relação Obrigacional.....	431
1.2. Elemento Objetivo ou Material da Obrigação: a Prestação.....	434
1.3. Elemento Imaterial, Virtual ou Espiritual da Obrigação: Vínculo Jurídico	435
Capítulo III ► CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	441
1. Nota Introdutória	441
2. Classificação das Obrigações Consideradas em si Mesmo: Obrigações Morais, Cíveis e Naturais	441
3. Classificação Quanto ao Objeto. Também Chamada de Classificação Básica das Obrigações.....	444
3.1. Obrigação de Dar (<i>Obligatio Ad Dandum</i>).....	444
3.1.1. Obrigação de Dar Coisa Certa.....	445
3.1.2. Obrigação de Dar Dinheiro (Pecuniária).....	450
3.1.3. Obrigação de Dar Coisa Incerta ou Genérica.....	451
3.2. Obrigação de Fazer (<i>Obligatio Ad Faciendum</i>).....	452
3.3. Obrigação de Não Fazer (<i>Obligatio Ad Non Faciendum</i>)	458

4. Classificação Quanto à Presença dos Elementos Obrigacionais.....	461
4.1. Obrigações Compostas pela Multiplicidade de Objetos	461
4.2. Obrigações Compostas Pela Multiplicidade de Sujeitos	464
4.2.1. Da Solidariedade Ativa	467
4.2.2. Da Solidariedade Passiva.....	472
4.2.3. Da Solidariedade Complexa, Mista ou Recíproca.....	477
5. Classificação Quanto à Divisibilidade do Objeto.....	477
6. Classificação Quanto ao Fim: Obrigações de Meio, Resultado e Garantia	479
7. Classificação Quanto à Liquidez.....	482
8. Classificação quanto à Presença do Elemento Acidental.....	484
9. Classificação quanto à Dependência	485
10. Classificação quanto ao Momento de Cumprimento	486

Capítulo IV ► DO ADIMPLEMENTO E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (TEORIA DO PAGAMENTO DIRETO)

487

1. Nota Introdutória: Natureza Jurídica e Requisitos de Validade do Pagamento	487
2. Elementos Subjetivos do Adimplemento	490
2.1. Quem Deve Pagar (solvens)?.....	490
2.2. A Quem Pagar (accipiens)?.....	493
3. Elementos Objetivos do Pagamento	496
3.1. Do Objeto do Pagamento.....	497
3.2. Da Prova do Pagamento.....	502
3.3. Do Lugar do Pagamento	504
3.4. Do Tempo do Pagamento	506

Capítulo V ► AINDA SOBRE O ADIMPLEMENTO E A EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES (TEORIA DO PAGAMENTO INDIRETO).....

509

1. Nota Introdutória	509
2. Consignação em Pagamento	510
2.1. Quando é possível o uso da Consignação em Pagamento?	511
2.2. Procedimento da Consignatária.....	515
2.2.1. Consignação Extrajudicial ou Bancária	515
2.2.2. Consignação Judicial em Pagamento	516

3. Imputação em Pagamento	518
4. Pagamento com Sub-rogação.....	521
5. Dação em Pagamento	525
6. Novação.....	528
6.1. Novação Objetiva ou Real	531
6.2. Novação Subjetiva ou Pessoal (Ativa, Passiva ou Mista).....	531
6.3. Novação Mista	533
7. Compensação	533
8. Confusão.....	537
9. Remissão	538

Capítulo VI ► A CRISE DAS OBRIGAÇÕES: TEORIA DO INADIMPLEMENTO 543

1. A Crise Obrigacional e a Dignidade da Pessoa Humana.....	543
1.1. A Superação da Prisão Civil e a Súmula Vinculante 25.....	544
1.2. Inadimplemento Absoluto x Inadimplemento Relativo.....	548
1.2.1. A Teoria da Substantial Performance e a Resolução por Inadimplemento	549
2. Mora	552
2.1. Mora do Devedor (<i>solvendi</i>)	553
2.2. Mora do Credor (<i>accipiendi</i>)	553
2.3. Constituição em Mora	554
2.4. Purgação (emenda) da Mora	557
2.5. Violação Positiva do Contrato (adimplemento ruim ou insatisfatório)	558
3. Juros	560
3.1. Juros de Mora.....	561
3.2. Juros Compensatórios	562
4. Cláusula Penal (multa contratual ou pena convencional).....	567
5. Arras ou Sinal	575

Capítulo VII ► TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES 581

1. Introdução	581
2. Cessão de Crédito	582

3. Assunção de Dívida ou Cessão de Débito	591
4. Cessão de Posição Contratual.....	596

RESPONSABILIDADE CIVIL

Capítulo I ► INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL	603
1. Introdução	603
2. A Natureza Jurídica	605
3. Função	605
4. Fundamentos	606
5. A Culpa	607
6. Conceitos Básicos	608
6.1. Responsabilidade Jurídica e Responsabilidade Moral	608
6.2. A Responsabilidade Jurídica: Responsabilidade Civil e Penal.....	609
6.3. Responsabilidade Contratual e Extracontratual	612
6.4. Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva	613
6.5. Responsabilidade Civil por Ato Lícito e Ilícito.....	614
Capítulo II ► ELEMENTOS GERAIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	619
1. Introdução	619
2. Conduta Humana	620
3. Dano ou Prejuízo	622
3.1. Requisitos Configuradores do Dano.....	626
3.2. O Dano Patrimonial ou Material	627
3.3. A Perda de uma Chance	631
3.4. O Dano Extrapatrimonial ou Imaterial.....	635
3.5. Dano Estético	646
3.6. Dano Reflexo, Oblíquo ou Ricochete	647
3.7. Danos Coletivos, Difusos e Interesses Individuais Homogêneos.....	648
3.8. Responsabilidade Civil Pela Perda do Tempo Livre ou Desvio Produ- tivo de Consumo.....	649

4. Nexo de Causalidade	653
4.1. Teoria da Equivalência das Condições ou do Histórico dos Antecedentes ou da <i>Conditio Sine Qua Non</i>	654
4.2. Teoria da Causalidade Adequada	655
4.3. Teoria da Causalidade Direta ou Imediata	656
4.4. Qual a Teoria Adotada pelo Código Civil?	656
4.5. Concausas ou Concausalidade ou Causalidade Múltipla ou Causalidade Comum	658

Capítulo III ► EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL 661

1. Conceito e Objeto de Estudo	661
2. Estado de Necessidade	662
3. Legítima Defesa	665
4. Exercício Regular de Direito	667
5. Caso Fortuito e Força Maior.....	670
6. Culpa Exclusiva ou Fato Exclusivo da Vítima.....	674
7. Fato de Terceiro	677
8. Cláusula de Não Indenizar	681

Capítulo IV ► RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA E OBJETIVA 685

1. Responsabilidade Civil Subjetiva	685
1.1. O Dolo e a Culpa.....	686
1.1.1. Modalidades de Culpa	687
1.2. As Hipóteses de Responsabilidade Civil Subjetiva no Código	690
1.2.1. Incapaz	690
1.2.2. Credor de Dívida Não Vencida ou Já Paga (Cobrança Indevida)	692
1.2.3. Homicídio e Incapacidade Laboral	694
1.2.4. Ofensa à Saúde	696
1.2.5. Usurpação ou Esbulho	700
1.2.6. Injúria, Difamação ou Calúnia	702
1.2.7. Ofensa à Liberdade Pessoal	706
2. Responsabilidade Civil Objetiva.....	707
2.1. O Advento da Teoria do Risco na Atual Codificação	709

2.2. Hipóteses de Responsabilidade Civil Objetiva	710
2.2.1. A Responsabilidade Civil dos Empresários e das Empresas	710
2.2.2. A Responsabilidade Civil por Ato de Terceiro	713
2.2.3. A Responsabilidade Civil por Fato do Animal e por Fato da Coisa	721
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	727